

## **LEI ORDINÁRIA Nº 59**

*de 23 de novembro de 1990*

### **ESTIMA A RECEITA E FIXA A DESPESA DO MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO SUL, PARA O EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 1991 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

*EDWINO RAIMUNDO SCHULTZ, Prefeito Municipal de Chapadão do Sul, no  
uso de suas atribuições Legais, Faz saber que a CÂMARA MUNICIPAL  
aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei:*

#### **Art. 1º..**

*O Orçamento programa do Município de Chapadão do Sul MS, para o  
exercício financeiro de 1991, discriminados pelos anexos integrantes  
desta Lei estima a Receita em Cz\$ 833.000.000 (Oitocentos e trinta e três  
milhões de cruzeiros), e fixa a Despesas em igual importância.*

#### **Art. 2º..**

*A Receita será realizada mediante a arrecadação de tributos, renda e  
outras Receitas correntes de Capital, na forma da Legislação vigente e de  
acordo com o seguinte desdobramento.*

<b><u>1 – RECEITAS CORRENTES</u></b>	<i>Cz\$ 775.100.000</i>
<i>1.1 – Receita Tributária</i>	<i>Cz\$ 91.500.000</i>
<i>1.3 – Receita Patrimonial</i>	<i>Cz\$ 8.300.000</i>
<i>1.6 – Receita de Serviço</i>	<i>Cz\$ 100.000</i>
<i>1.7 – Transferências Corrente</i>	<i>Cz\$ 631.600.000</i>
<i>1.9 – Receitas Diversas</i>	<i>Cz\$ 43.600.000</i>
<b><u>2 – RECEITA DE CAPITAL</u></b>	<i>Cz\$ 57.900.000</i>
<i>2.1 – Operação de Crédito</i>	<i>Cz\$ 26.500.000</i>
<i>2.2 – Alienação de Bens Móveis e Imóveis</i>	<i>Cz\$ 1.000.000</i>
<i>2.4 – Transferência de Capital</i>	<i>Cz\$ 300.000.000</i>
<i>2.5 – Outras Receitas de Capital</i>	<i>Cz\$ 400.000</i>
<b>TOTAL DA RECEITA</b>	<i>Cz\$ 833.000.000</i>

**Art. 3º..** A Despesa será realizada segundo a discriminação constante dos quadros que integram esta Lei, e terá o seguinte desdobramento:

<b><u>1 – DESPESAS POR FUNÇÃO</u></b>	<i>Cz\$ 833.000.000</i>
<i>01 Legislativa</i>	<i>Cz\$ 64.000.000</i>
<i>03 Administrativa</i>	<i>Cz\$ 122.950.000</i>
<i>04 Agricultura</i>	<i>Cz\$ 13.520.000</i>
<i>05 – Comunicações</i>	<i>Cz\$ 5.810.000</i>
<i>08 – Educação e Cultura</i>	<i>Cz\$ 254.270.000</i>
<i>10 – Habitação e Urbanismo</i>	<i>Cz\$ 56.150.000</i>
<i>13 – Saúde e Saneamento</i>	<i>Cz\$ 61.900.000</i>
<i>15 – Assistência e Previdência</i>	<i>Cz\$ 12.950.000</i>
<i>16 – Transporte</i>	<i>Cz\$ 241.450.000</i>
<b><u>2 – DESPESAS POR ÓRGÃO DO GOVERNO E DA ADMINISTRAÇÃO</u></b>	<i>Cz\$ 833.000.000</i>
<i>00 CÂMARA MUNICIPAL</i>	<i>Cz\$ 64.000.000</i>
<i>01 Câmara Municipal</i>	<i>Cz\$ 64.000.000</i>
<i>01 GABINETE DO PREFEITO</i>	<i>Cz\$ 20.250.000</i>
<i>01.01 – Gabinete Prefeito</i>	<i>Cz\$ 20.250.000</i>
<i>02 – ADMINISTRAÇÃO GERAL</i>	<i>Cz\$ 748.750.000</i>
<i>02.01 Divisão de Administração</i>	<i>Cz\$ 79.210.000</i>
<i>02.02 Divisão de Finanças</i>	<i>Cz\$ 29.300.000</i>
<i>02.03 Divisão de Educação e Cultura</i>	<i>Cz\$ 244.370.000</i>
<i>02.04 Divisão de Agricultura</i>	<i>Cz\$ 13.500.000</i>
<i>02.05 Divisão de Saúde e Bem Estar Social</i>	<i>Cz\$ 84.750.000</i>
<i>02.06 Divisão de Obras, Viação e Serviços Urbanos</i>	<i>Cz\$ 297.600.000</i>

**Art. 4º..**

*Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a realizar operação de crédito por antecipação da Receita, nos termos do Art. 52 - inciso VII da Constituição Federal.*

**Art. 5º..**

*Serão repassados à Câmara Municipal de Chapadão do Sul à título de duodécimos 8% (oito por cento) das Receitas Orçamentárias efetivamente arrecadadas pelo Município do decorrer do exercício de 1991.*

### ***Parágrafo único. .***

*A Municipalidade deverá encaminhar mensalmente o montante da arrecadação, excluindo da mesma os auxílios e/ou contribuições, as indenizações e restituições, as alienações de Bens Patrimoniais e o produto das operações de Crédito, que não são consideradas como Receita efetivamente arrecadadas pelo Município.*

### ***Art. 6º..***

*Fica o Chefe do Poder Municipal, autorizado a abrir créditos Suplementares para atender as despesas vinculadas às Receitas até o limite da arrecadação efetiva da Receita, a que estiverem vinculadas.*

### ***Art. 7º..***

*As Dotações Orçamentárias atribuídas a todas as unidades Orçamentárias e órgãos do Governo, serão movimentadas pelo chefe do Poder Executivo Municipal, podendo o mesmo fixar cotas trimestrais de aplicação obedecendo a evolução da Receita.*

### ***Parágrafo único. .***

*A Cota trimestral prevista no presente artigo poderá ser alterado a juízo do chefe do Poder Executivo Municipal, no interesse da Administração Municipal.*

### ***Art. 8º..***

*As Dotações Orçamentárias atribuídas a Câmara Municipal serão movimentadas pelos seus Presidentes, que para esse fim deverá apresentar mensalmente a comprovação das aplicações dos recursos a ela alocados.*

### ***Art. 9º..***

*Esta Lei entrará em vigor na data de 1º de janeiro de 1991, revogadas as disposições em contrário.*

*Lei Ordinária Nº 59/1990 - 23 de novembro de 1990*

*Este texto não substitui o publicado no Diário Oficial em*